

Fisco indignado

Até o fechamento desta edição, o clima era de indignação por parte dos auditores fiscais com o reajuste de apenas 3% anunciado pelo Governo do Estado.

Na assembleia, a categoria discutiu os caminhos da mobilização diante do desrespeito e autoritarismo do Governo e do reajuste anunciado, que não cobre sequer as perdas inflacionárias do período anterior que foram de 5,8%. Ao todo, desde o início do Governo Ricardo Coutinho, os servidores acumulam significativas perdas salariais.

O anúncio do reajuste causou revolta nas diversas categorias de servidores, que se reúnem em assembleias nesta semana para avaliar a situação diante da atual defasagem salarial.

Mobilizando a categoria

Nesta semana, os filiados aposentados e pensionistas participam de reuniões de mobilização promovidos pelo Sindifisco-PB. Nesta terça-feira (22), às 8h, os aposentados e pensionistas de João Pessoa reúnem-se na sede do Sindicato onde receberão as informações sobre o resultado da assembleia geral.

Na quinta (24), os filiados aposentados do sertão participam de reunião em Cajazeiras. Ambas as atividades relembram também o dia do aposentado, na quinta-feira (24).

Apoio à luta

A Fenafisco, Federação Nacional do Fisco Estadual, manifestou total apoio à luta dos auditores fiscais contra a falta de diálogo e desrespeito do Governo aos servidores públicos. Para fortalecer ainda mais as lutas, a entidade irá realizar sua reunião de planejamento em João Pessoa, nesta quinta e sexta-feira (24 e 25).

Sem condições de trabalho

A diretoria do Sindifisco-PB iniciou, neste mês, um levantamento das condições de trabalho para avaliar, *in loco*, os problemas existentes nos setores de fiscalização em todas as Gerências Regionais.

Há dois anos, trabalho semelhante foi realizado e, a partir do material coletado em vídeo, foto e questionário aplicado com os auditores fiscais, a diretoria do Sindicato cobrou condições dignas de trabalho ao Governo. Somente com a avaliação de setores da 1ª Gerência Regional, ficou diagnosticado que nenhuma medida efetiva foi tomada, pois registrou-se sucateamento de vários setores de trabalho, verificando problemas elétricos, hidráulicos, móveis avariados, entre outros.

Imposto na conta de energia

Além de afrontar o Poder Legislativo com sua política autoritária e os servidores com a falta de negociação e diálogo, o Governador ainda prejudica os cidadãos paraibanos, principalmente os mais carentes. Com o aumento da alíquota de ICMS em 25% nas contas de energia, milhares de famílias que tinham isenção ou cobranças diferenciadas do imposto terão prejuízo.

A Paraíba não precisa disso. Através da valorização do Fisco, por exemplo, o Governo pode diminuir a sonegação e aumentar sua arrecadação sem precisar prejudicar a população mais carente.

No entanto, a prática é totalmente diferente. O Governo age desmotivando os servidores, sucateando o serviço público e causando perdas aos mais pobres.

Caos na segurança

Os cidadãos paraibanos sofrem com a falta de segurança no Estado, que dispõe de pouco mais de onze mil policiais civis e militares, quando o número ideal seria 26.900, conforme levantamento da Aspol. A proporção indicada pela ONU é de um policial para cada 250 pessoas, mas na Paraíba essa proporção é de um policial para 331 habitantes.

Essa proporção varia para mais em cidades do interior, muitas das quais passam a semana inteira sem policiamento e, no período de férias, muitas delegacias ficam fechadas em todo o Estado.

Por outro lado, o Governo afirma aos meios de comunicação que o cidadão pode andar despreocupado porque a segurança está às mil maravilhas. Será mesmo? Basta assistir ao noticiário para saber que não.

Dinheiro tem, falta prioridade

O Governador aumentou as alíquotas de energia em 25%, o próprio salário em 22% e a taxa para negociação de dívidas no Estado para 7,25%. Enquanto isso, a arrecadação de ICMS no Estado em 2012 teve incremento de 15% em relação a 2011. Mas para o servidor público, o reajuste linear foi de 3%.

Na última semana, no entanto, um relatório do TCE-PB demonstrou gastos extravagantes na residência do Governador. Dinheiro tem, falta prioridade.

Aumento da energia – 25%	Para o servidor – 3%
Aumento do salário do Governador – 22%	Para o servidor – 3%
Nova taxa para negociação de dívidas junto ao Estado – 7,25%	Para o servidor – 3%
Incremento da arrecadação em 2012 – 15%	Para o servidor – 3%